

CONTRATO DE TRABALHO – PACTO DE PERMANÊNCIA

Entre:

1 – (entidade empregadora), sociedade com sede -----, NIPC -----, na qualidade de entidade empregadora e adiante designada por primeira outorgante, e

2 – (trabalhador), (estado civil), residente -----, NIF -----, portador do Bilhete de Identidade nº. -----, emitido em -----, por -----, na qualidade de trabalhador e adiante designado por segundo outorgante,

É celebrado o presente “**pacto de permanência**”, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O segundo outorgante é trabalhador da primeira outorgante, com contrato de trabalho desde -----, desempenhando as funções de -----.

CLÁUSULA SEGUNDA

No corrente ano de ----- a primeira outorgante suportou diversas despesas extraordinárias com a formação profissional do segundo outorgante, a seguir discriminadas:

- a) Custo da inscrição e frequência no curso “Curso Técnico de Manuseamento de Fluidos Frigoríficos”, com a carga horária de 36 horas, com início em ----- e termo em -----, ministrado na -----: € -----;
- b) Despesas administrativas com a preparação, organização e entrega do processo de inscrição do segundo outorgante no Instituto do Ambiente: € -----;
- c) Custo da inscrição do segundo outorgante como “Técnico Qualificado de Manuseamento de Fluidos Frigoríficos” no Instituto do Ambiente: € -----.

CLÁUSULA TERCEIRA

1 – Como compensação das despesas extraordinárias suportadas pela primeira outorgante com a formação profissional do segundo outorgante, este compromete-se a prestar o seu trabalho à primeira outorgante por um prazo de três anos, contados deste a data da inscrição do segundo outorgante no Instituto do Ambiente acima indicada na alínea c) da Cláusula anterior efectuada em -----.

2 – O segundo outorgante poderá, todavia, desobrigar-se da obrigação ora assumida restituindo a soma das importâncias despendidas pela primeira outorgante com a sua formação profissional acima identificadas na Cláusula Segunda.

3 – Em caso de resolução do contrato de trabalho do segundo outorgante com justa causa ou quando, tendo sido declarado ilícito o despedimento, o trabalhador não opte pela reintegração, não existe a obrigação de restituir as somas referidas no número anterior.

Feito em -----, aos ----- de ----- de 200--, em duplicado, ficando o original em poder da primeira outorgante e o duplicado em poder do segundo outorgante.

A PRIMEIRA OUTORGANTE,

O SEGUNDO OUTORGANTE,

* Imposto de selo pago por meio de Guia.